

## Notas de leitura

---

Georges FABRE, Marc MAYER e Isabel RODÀ.

### **Inscriptions romaines de Catalogne – IV. Barcino**

Barcelona. Paris: Universitat de Barcelona, 1997. 422 p. + cxxxvii estampas. ISBN 84-475156-3.

---

Este é o quarto volume, inicialmente não previsto na série das “Inscriptions romaines de Catalogne (I – Barcelone [sauf Barcino], Paris, 1984; II – Lerida, *ibid.*, 1985; III – Gérone, *ibid.*, 1991)” e consagrado, unicamente, à epigrafia da cidade de Barcelona.

Aqui podemos encontrar 54 textos novos a juntar aos 273 que Sebastián Mariner Bigorra (*Inscripciones romanas de Barcelona – Lapidarias y musivas – texto*, Barcelona, 1973) tinha recolhido e publicado. Os textos de S. Mariner são, nesta edição, revistos e ilustrados. Trata-se, sem dúvida, de uma homenagem ao grande latinista que foi o Prof. Sebastiá Mariné, catalão eminentíssimo e humaníssimo mestre, justamente lembrado pelos AA., logo, no prefácio deste livro.

A primeira recolha das inscrições de Barcelona data do séc. XV, que foi feita pelos humanistas que a propósito das antiguidades romanas da Catalunha puseram o seu saber e o seu interesse, tendo-se, desde então, multiplicado as versões e interpretações de leitura dos epígrafes. Se, por um lado, este facto aumentou a tarefa académica do confronto dos epígrafes e das fontes manuscritas e monumentais, por outro lado, também, tal permitiu recuperar muitas inscrições hoje perdidas, e de que a única referência segura ainda está nas cópias manuscritas que se conservaram. Nestes casos os AA. reproduzem o desenho do manuscrito, no apêndice gráfico do livro (de 138 estampas e 321 figuras) a par com a fotografia das peças ainda hoje existentes, pois todos os materiais aparecem convenientemente ilustrados. Na ordenação do material gráfico, optou-se, e bem, pela repetição do número do catálogo na página das estampas fotográficas, o que facilita muito a identificação da ilustração, mas que torna inútil a referência do número da figura depois do número da entrada do

catálogo, que, no caso desta obra, aparece talvez como resultado de uma outra ordenação anterior e que foi, certamente por lapso, conservada.

Na primeira parte do livro os AA. oferecem-nos um balanço geral das características morfológicas e materiais dos monumentos bem como uma visão, ordenada cronologicamente, das práticas mais frequentes das oficinas locais. Este balanço geral, que também o foi do conteúdos dos textos, permitiu-lhes estabelecerem as características gerais do latim de *Barcino*, bem como uma avaliação social e religiosa da história da cidade. No séc. II assistiu-se à monumentalização de *Barcino*, cidade que se conservou activa durante a chamada crise do séc. III, e que no séc. IV conheceu ainda um período de prosperidade, com a presença na cidade de grandes figuras da época, como Paulino de Nola, e Paciano, e também da 'sombra' de Melania, a grande latifundiária hispânica de então, entre outros, referidos pelas fontes literárias. Como testemunho deste 'esplendor' cívico da elite urbana de *Barcino* temos, em época tardia, na epigrafia desta cidade, o pedestal que homenageia *Nunnius Numisius Dexter*, mandado fazer em nome da província da Ásia, e a produção epigráfica cristã que, até ao séc. VII, testemunha a importância desta cidade hispânica 'fronteira' por mar com a Itália e também, na geografia dos interesses, com a Gália.

No que diz respeito ao catálogo, e particularmente ao registo das variantes de leitura das inscrições, os AA. foram pragmáticos, reduzindo-as ao essencial das diferenças de transcrição, mas referindo-as sempre no comentário da inscrição, bem como às diversas interpretações do texto. Na linha 1 da inscrição 13, isto para dar um exemplo, os AA. restituem *K(auti) Deo*, e registam no comentário, que o desenvolvimento *k(autopati)*, é proposta de M. Clauss, desenvolvimento que, aliás, não partilham, evitando assim sobrecarregar o descritivo fundamental com variantes que o são mais de interpretação do que de leitura; tomando o exemplo da inscrição n. 14 na mesma ordem de ideias de não sobrecarregar o texto e dando primazia ao monumento tal como ele hoje existe, não referem, e conseqüentemente não discutem, a colocação dos sinais de pontuação, hoje desaparecidos, e sobre o que, portanto, hoje nada é possível apurar, – a simples referência a que a pontuação não é visível é suficiente para se saber, que na abundante bibliografia citada, alguns autores a referiram. Mas para lá das preocupações técnicas de edição, é notório que os AA. se comprometeram com a valoração histórica que podemos fazer da cidade através da elencagem dos seus epígrafes, e por isso fornecem um comentário de avaliação onomástica pessoal, regional hispânica, não deixando, nunca, de estar atentos às ligações extra-peninsulares, nomeadamente às influências itálicas e africanas que a onomástica pessoal possa denunciar.

Para além da indução a asserções históricas que se podem colher deste volume do catálogo das inscrições romanas da Catalunha, fica-nos a ideia dum trabalho de base probo, prejudicado talvez pela difícil execução tipográfica, tão comum à exigentíssima publicação de qualquer produto científico, mas que releva inquestionavelmente a qualidade do trabalho dos AA., na epigrafia romana da região da Catalunha.

Maria Manuela Alves Dias

---

Antonio FERRUA

**La polemica antiariana nei monumenti paleocristiani**

Città del Vaticano: Pontificio Instituto di Archeologia Christiana, 1991. 313 p: il. (Studi di Antichità Cristiana; XLIII)

---

A. Ferrua é um epigrafista que quase dispensa apresentações. No entanto, recorde-se, que ele foi o editor das *Inscriptiones christianae urbis Romae*, n.s., IV (Roma, 1964), V (*ibid.*, 1971), VI (*ibid.*, 1975), VII (*ibid.*, 1980), VIII (*ibid.*, 1983) e IX (*ibid.*, 1985, de colab. c. D. Mazzoleni), e que recentemente foram publicados os seus *Scritti vari di epigrafia e Antichità cristiane*, Bari, 1991. Forma, no nosso século, com Margherita Guarducci o par mais notável dos grandes epigrafistas da Roma antiga. De M. Guarducci dispomos hoje da reimpressão da sua *Epigrafia greca* (Roma, 1995) e, também, dos seus *Scritti scelti sulla religione greca e romana e sul Cristianesimo* (Leiden, 1983).

A heresia arriana foi uma das principais questões doutrinárias da Igreja primitiva; o debate estendeu-se, sobretudo do século VI ao VII, e, mais tarde, ainda se prolongou, dado que a questão da relação de Deus com a sua criação, e a sua protecção à mesma se tinha polemizado. Para os arrianos só Deus-Pai era divino, o Filho e o Espírito Santo não seriam senão expressão da sua vontade, portanto Jesus não deveria ser objecto de adoração e a Santíssima Trindade, que a ortodoxia definia como una, para eles não o seria.

A controvérsia deixou abundantes vestígios na documentação epistolar e predicativa dos padres da Igreja, mas na documentação epigráfica os seus vestígios indicativos não são nem frequentes nem quase sempre inequívocos. Desde o séc. XVIII que alguns estudiosos procuraram, no testemunho das lápides, os ecos desta querela, entre católicos e arrianos, para corroborar as vertentes polémicas conhecidas dos textos escritos, mas os resultados não são, ainda, quantitativamente significativos porque, por um lado, como a discussão se desenvolvia entre os padres da Igreja, nem sempre os crentes foram sensíveis a ela, e, por outro lado, a linguagem estereotipada das lápides serviria, a maior parte das vezes, tanto os fieis de uma como os da outra corrente.

No primeiro capítulo do livro, A. Ferrua começa por analisar oito temas iconográficos e iconológicos onde outros autores viram evidências duma militância antiariana e só em dois ou talvez em três, desses temas, ele admite encontrar uma intenção deliberada de refutação do arrianismo. Na análise da simbólica, nomeadamente no uso do monograma cristológico e da cruz, parece tudo depender da maneira como estes símbolos se articulam com o texto com que se relacionam: se incluídos no discurso (com valor idêntico ao de uma abreviatura) serão, muitas vezes, uma clara afirmação da qualidade cristã daquele que é mencionado na lápide, e portanto uma afirmação indirecta de antiarrianismo; já não se pode afirmar, com segurança que a representação de uma, duas ou três cruces, por exemplo, com valor decorativo sobre uma inscrição funerária, possa significar uma afirmação da atribuição de igual importância à unicidade das três pessoas da Santíssima Trindade.

Pelos exemplos escolhidos, os textos das inscrições ainda são, para A. Ferrua, os mais seguros indícios para a determinação do que são, nos monumentos, os vestígios de heresia e de ortodoxia, porque, por não conterem semiologicamente senão a simbólica da opção ideológico-doutrinária, mais obstam, a que se prestem a leituras divergentes, nos nossos dias, por parte dos investigadores contemporâneos. Mas mesmo quando o texto original, quando claramente expresso, afasta a ambiguidade dum interpretação simbólica, mesmo assim é, para nós, difícil avaliar quando e porque é que esse texto foi produzido propositadamente com fins antiarrianos ou se ele não é simplesmente um produto da prática de uma comunidade católica, romana, ortodoxa. Para A. Ferrua, a mais clara evidência de que um texto epigráfico responde activamente contra o arrianismo é quando ele proclama abertamente a divindade de Jesus, a segunda pessoa da Santíssima Trindade.

De facto, há algumas inscrições que patenteiam fórmulas que representam uma mais clara afirmação da ortodoxia, como sejam as que conduzem à noção da divindade de Cristo expressa pela fórmula *in deo Christo* ou similares; destas temos um exemplo hispânico (Ferrua, p. 292) numa inscrição do séc. VI, ou, então, teremos nestes casos pelo menos a atribuição epigráfica do carácter de indivisibilidade da Santíssima Trindade; sob esta última forma temos, nós, na Hispânia, um exemplo notável: está na inscrição de consagração de três igrejas em Elvira (Ferrua, p. 75), datado de 603-610, portanto posterior à conversão de Recaredo, e mandada fazer pelo nobre *Gundiliu[us]*, rico proprietário da região, que assim faz a sua confissão de fé religiosa (e política) na sequência da conversão do rei visigodo ao catolicismo romano, e após a derrota da facção arriana, em 587, e levada a cabo pelo *dux Claudius*, no sequente abandono pelos visigodos da doutrina arriana que até então vinham professando.

À Hispânia interessa de sobremaneira a polémica contra o arrianismo. Dominada politicamente pelos visigodos, aqui, na Hispânia, as expressões da ortodoxia de Roma foram necessariamente tardias, ou mitigadas, e portanto cá é onde não será de esperar que o uso dos formulários, que noutras regiões do Império mais clara e decisivamente denunciam a polémica doutrinária, se tenham reproduzido tal qual e tão precocemente. É assim se pode explicar a fraca presença que as inscrições hispânicas têm neste livro cuja perspectiva de abordagem é claramente direccionada para o plano do discurso doutrinário da fé que, deste modo, não se poderia prender com questões específicas, periféricas do seu envolvimento político-religioso quer ideológico quer regional. Para o estudo desta perspectiva, e utilizando em grande parte o mesmo material epigráfico hispânico referido por A. Ferrua, veja-se o artigo de L. A. García Moreno, "Propaganda religiosa y conflicto político en la epigrafía de época visigoda". In *Religio Deorum* (ed. M. Mayer), Barcelona, s./d., p. 193-201.

O extraordinário interesse deste livro está na capacidade de oferecer os materiais e, ainda, critérios de avaliação para um melhor balanço crítico do posicionamento doutrinário, que pode estar expresso, ou não, nalgumas das locuções formulares procurando-se assim encontrar uma mais correcta aferição, no nosso caso e nos indícios epigráficos da restrita área geográfica hispânica, da polémica religiosa sobre o arrianismo no desfazer do Império romano e na sua próxima reanimação.

Maria Manuela Alves Dias

---

Liliane ENNABLI

**Les inscriptions funéraires chrétiennes de Carthage – III. Carthage intra et extra muros.**

Rome: École Française de Rome, 1991. 397 p: il. ISBN 2-7283-0202-9.

Fabio RUGGIERO, ed. lit.

**Atti dei martiri scilitani: introduzione, testo, traduzione, testimonianze e commento.**

Atti della Accademia Nazionale dei Lincei, Classe di scienze morali, storiche e filologiche. Memorie. Roma. S. IX, 1-2 (1991). 100 p. ISSN 0391-8149.

Aires A. NASCIMENTO e M. J. V. BRANCO, ed., trad., introd. e coment.

**Martinho de Braga, instrução pastoral sobre superstições populares – De correctione rusticorum.** Lisboa: Edições Cosmos, 1997. 168 p. (Medievalia; 11). ISBN 972-762-063-9.

---

Depois de L. Ennabli, *Les inscriptions funéraires chrétiennes de la basilique dite de Sainte-Monique à Carthage*, Roma, 1975, e Id., *Les inscriptions chrétiennes de Carthage – la basilique de Mcidfa*, Roma, 1982, este terceiro volume da série revela um – como dizer? – cansaço da autora face a um tão grande volume de material epigráfico, se bem que grande parte dele já tenha tido em A. L. Delattre, o seu primeiro editor. Inesperadamente as inexactidões e omissões crescem de página para página; de qualquer forma não queremos deixar de assinalar o aparecimento deste terceiro volume da obra, tarefa tão importante levada a cabo por L. Ennabli que, para o que nos diz respeito, no nosso âmbito hispânico – e quanto às similitudes que temos com a epigrafia religiosa e funerária de Cartago, e, sobretudo na onomástica pessoal latina e nalgumas locuções religiosas formularias – se revela de razoável utilidade.

Temos assim, na segunda publicação e, no caso, uma edição muito cuidada de um texto muito curto, especialmente interessante, para o conhecimento da discussão, em 180 d.C., no 'tribunal' de Cartago, entre os dezoito mártires e o proconsul da África, *Vigellius Saturninus*. Este texto que é, nos nossos dias, sobretudo conhecido a partir de H. Musurillo, *Acts of the Christian Martyrs*, Oxford, 1972, introduz a questão do tratamento do cristianismo "resistente" no reinado de Cómodo, e deve ser posto em confronto com o caso dos mártires de Lyon, que, sob Marco Aurélio, interpretaram a sua querela predicativa final, cf., v.g., J. Rougé e R. Turcan (ed.), *Les martyrs de Lyon* (177), CNRS, Paris, 1978. Assim, apercebemo-nos que a persistente coragem da fé face à lei pode ser tão autodestrutiva quão glorificante, e que, ao fim e ao cabo, é essa a grande lição do martírio, i.é., o martírio como sério motivador do ganho de prosélitos. Para entender este texto sobre os mártires *scilitani*, na edição publicada por F. Ruggiero, temos de nos recordar da atenção e dos cuidados do poder do Estado no tratamento punitivo dos cidadãos romanos e da dos *honestiores*, aos quais, podia ou não caber a pena selectiva, da decapitação, pena que, em princípio, não era aplicada aos *humiliores*; isto é – a marginalidade religiosa e de ética social era olhada pelo Estado como muito mais importante e grave consoante era maior a grandeza da condição social e económica dos seus intérpretes, na

medida em que fossem mais agentes ou mais influentes. Assim, o perigo que, nas suas estruturas ideológicas de coesão social e mental o Estado sentia, era proporcional à qualidade do poder pessoal, individual e de grupo, dos seus contraditores. Nesta ordem de ideias, o castigo exemplar cairá sempre sobre a cabeça daqueles que, na plenitude da sua capacidade económica e social, são potencialmente mais capazes de contrariarem os interesses socioeconómicos e ideológicos do Imperium, ou, talvez fosse este o caso, das circunstancialidades ideológicas da dinastia no poder. Assim, a tradição político-religiosa do Estado sentia fortemente a hostilidade de quem praticava uma propaganda adversa aos romanos, mesmo quando na sua tradução provincial, talvez só aparentemente longínqua. A propósito sobre os *sciltiani*, cf. J.-M. Lassère, *Ubique Populus*, CNRS, Paris, 1977, p. 355 e M. Brigol-Rouville et alii, *Les Flavii de Cillium*, École Française de Rome, Paris, 1993, passim. Para um melhor entendimento da transmissão textual relativa aos *martiri sciltiani*, cf. Euphrosyne, n.s., XXVI, Lisboa, 1998, p. 503-504.

As contradições sociais que o cristianismo, como nova ideologia religiosa, motivou podem ser também evidenciadas quando, como religião, porque com maior poder de Estado, passou a ser a dominante. Veja-se, no nosso caso peninsular, o de Martinho de Dume (a propósito, seja-me permitido lastimar o exagero sintético da entrada sobre S. Martinho no recente J. C. Cooper (ed.), *Dictionary of Christianity*, Cassell, London- New York, 1996, p. 170). Pouco depois da publicação de P. F. Alberto, *O De Ira de Martinho de Braga* – estudo edição crítica, tradução e comentário, Porto, 1993, 246 p., texto que não deixa de ser uma adaptação tardia do texto fundamental de Sêneca, aparece, agora, a público esta edição crítica do *De correctione rusticorum*, igualmente de São Martinho de Braga. Trata-se de um texto pastoral cuja intencionalidade predicativa diz muito respeito à relação entre as práticas religiosas das populações rurais e às necessidades cultas de um cristianismo, que as altas e ilustradas sociedades hispano-romanas desejavam difundir e impor. Leia-se, p. 121, a objurgatória de Martinho de Dume: “Como é que alguns de vós, que renunciaram ao demónio e aos seus anjos, e aos seus cultos e às suas obras más, agora voltam ao culto do diabo? Pois acender velinhas a pedras, a árvores e a fontes e pelas encruzilhadas, o que é isso senão culto do diabo? Observar adivinhações, augúrios e dias dos ídolos, que outra coisa é senão culto do diabo? Observar Vulcanálias e Calendas, ornar mesas, pôr louros, fazer observância de pé e derramar grãos e vinho no fogo, sobre um tronco, ou atirar com pão para a fonte, que outra coisa é senão culto do diabo? As mulheres invocarem Minerva no tear, e observarem o dia de Vénus para o casamento, e atenderem ao dia em que se sai para viajar, que coisa é senão culto do diabo? Fazer encantamentos de ervas para malefícios e invocar os nomes dos demónios com encantamentos, que coisa é senão culto do diabo?” Atendendo ao que, nos meios ilustrados do poder, foi a ferosidade destes opostos ideológicos e religiosos, é natural que, para a documentação histórica, literária e epigráfica da Antiguidade tardia ocidental, se devam pôr, cada vez mais, reservas às datações formais que os arqueólogos, e epigrafistas, por conformidade de escola, usualmente indicam ou sugerem.

Luís Coelho